

Sacrifício deve ser dividido

Da enviada especial

Fortaleza — O presidente da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Rubens Vaz da Costa, defendeu ontem na XIV reunião da Alide uma partilha mais justa de sacrifícios entre devedores e credores, como forma de resolver a questão do endividamento externo dos países latino-americanos. Em sua opinião, os governos e bancos credores ganharam e continuam ganhando com a crise, a um custo insuportável para os endividados, que da iliquidez atual poderão passar rapidamente para a insolvência e assim deixar de honrar seus compromissos com a comunidade financeira internacional.

O presidente da Chesf, que já dirigiu o Banco do Nordeste e foi também o primeiro presidente da Alide, ao abordar as "causas e consequências do endividamento externo dos países da América Latina", apontou como "solução sensata e prática para a crise de liquidez externa que afeta os países latino-americanos", além da repartição de responsabilidades, um entendimento em bases realísticas que seja bom para todas as partes envolvidas.

A exemplo dos demais conferencistas que o antecederam, Rubens Costa atribuiu à recessão nos países industrializados a responsabilidade principal pelas agruras que as nações do continente atravessam no momento, que, no seu entender, foram agravadas pelo segundo choque

do petróleo, pela elevação dos juros e pelas incertezas geradas na incapacidade anunciada por poloneses e mexicanos em saldarem suas dívidas. As incertezas criadas no último caso, serviu como sinal para a entrada em cena do FMI — assegurou — que trouxe um programa de estabilização que fez incidir, sobre os devedores, todo o ônus do ajustamento.

Outro componente perigoso — disse Rubens Costa — e que não pode ser esquecido, reside no fato de que "a taxa de juros não pode ser superior, por períodos prolongados à taxa de liquidez real de retorno dos projetos financiados. E poucos projetos apresentam atualmente tal rentabilidade, embora ao serem propostos, quando os juros eram razoáveis, fossem perfeitamente viáveis". No correr do tempo, entretanto, esses projetos tornaram-se inviáveis devido à alta sem precedentes dos juros.

No balanço dos desajustes — afirmou o presidente da Chesf —, no caso específico do Brasil, o setor público tem dado uma contribuição bastante negativa, pois "não s-ao poucos os projetos fracassados de governos e de empresas estatais, financiados com empréstimos, que durante muitos anos continuam sobrecarregando o balanço de pagamentos do País". Por este e por outros motivos, considera natural que a dívida em si mesma signifique elevação da dependência exterior de países que já são dependentes tecnologicamente.